

O luto na psicanálise: perda, elaboração e simbolização em Freud, Jung, Horney, Klein, Lacan e Kübler-Ross

Mourning in psychoanalysis: loss, elaboration and symbolisation in Freud, Jung, Horney, Klein, Lacan and Kübler-Ross

Marcia Cristina de Matos Martins

Psicanalista clínica, Brasil.

PUBLICADO 20 DEZ 2023

Os registros de tramitação editorial dos volumes 1 a 3 estão incompletos em razão de mudança na direção da revista. As datas de recebimento, revisão e aceite deste artigo não puderam ser recuperadas e, por isso, não são informadas.

RESUMO

Este artigo examina como seis referenciais do campo psicanalítico — Freud, Jung, Horney, Klein, Lacan e Kübler-Ross — formularam o problema do luto, e sustenta que a noção de perda que cada um mobiliza não se restringe à morte de um ente querido. Parte-se da formulação freudiana de 1917, que define o luto como trabalho psíquico de desligamento libidinal governado pelo teste de realidade, e da distinção entre luto e melancolia que dela decorre. Acompanham-se em seguida quatro deslocamentos dessa matriz: a leitura junguiana do luto como etapa da individuação; a ênfase de Horney sobre a modulação cultural da ansiedade diante da perda; a tese kleiniana da reativação da posição depressiva e dos objetos internos; e a reformulação lacaniana do luto como furo no registro simbólico, reparável pela via do rito. O modelo de fases de Kübler-Ross é examinado à parte, por pertencer a outra ordem de descrição. Argumenta-se que tais divergências incidem menos sobre a existência do trabalho de luto do que sobre onde localizar a perda — no objeto, no eu, no símbolo ou no laço social — e que dessa localização decorrem orientações clínicas distintas.

Palavras-chave: luto; melancolia; perda objetual; psicanálise; elaboração psíquica.

ABSTRACT

This article examines how six references within the psychoanalytic field — Freud, Jung, Horney, Klein, Lacan and Kübler-Ross — formulated the problem of mourning, and argues that the notion of loss each mobilises is not restricted to the death of a loved one. The starting point is Freud's 1917 formulation, which defines mourning as psychic work of libidinal detachment governed by reality testing, together with the resulting distinction between mourning and melancholia. Four displacements of this matrix are then traced: the Jungian reading of mourning as a stage of individuation; Horney's emphasis on the cultural modulation of anxiety in the face of loss; the Kleinian thesis of the reactivation of the depressive position and of internal objects; and the Lacanian reformulation of mourning as a hole in the symbolic register, repairable through ritual. Kübler-Ross's stage model is examined separately, as it belongs to a different order of description. Divergences are shown to bear less on the existence of mourning work than on where loss is located — in the object, the ego, the symbol or the social bond — distinct clinical orientations following from that localisation.

Keywords: mourning; melancholia; object loss; psychoanalysis; psychic elaboration.

1 Introdução

Poucos temas atravessam o conjunto da produção psicanalítica com a constância do luto, e poucos permanecem tão sujeitos a uma restrição de sentido que a própria teoria não autoriza. No uso corrente, a palavra designa quase exclusivamente a reação à morte de alguém. No vocabulário psicanalítico, designa algo mais amplo: o trabalho psíquico exigido pela perda de um objeto investido, seja ele uma

pessoa, uma função, um lugar social, uma etapa da vida ou uma representação de si (Laplanche; Pontalis, 2001). A morte é o caso paradigmático dessa classe, não a sua totalidade.

Essa ampliação não é apenas terminológica. Se o luto é a resposta do aparelho psíquico à subtração de um objeto investido, então processos que a linguagem comum nomeia de outro modo — a saída da adolescência, a aposentadoria, o adoecimento que suprime funções, a separação conjugal, a falência, mesmo a maternidade, que agrega um vínculo ao custo de privilégios anteriores — participam da mesma economia. O nascimento é, nessa chave, o protótipo da operação: a ruptura do vínculo uterino inaugura a série das separações de que a angústia tomará por modelo (Freud, 1926).

O tratamento do problema não é, contudo, homogêneo. Entre a formulação freudiana inaugural e as reformulações que a seguiram há diferenças que não se reduzem a ênfases: o que exatamente se perde quando se perde alguém; se a elaboração termina em desligamento ou em transformação; se o critério de patologia é cronológico ou estrutural; que peso atribuir à cultura na condução do processo.

Este artigo examina essas divergências em seis referenciais, escolhidos por sua presença corrente no ensino e na clínica e por formularem a perda de modo explícito o bastante para permitir confronto. A hipótese que organiza o percurso é a de que as diferenças se ordenam em torno de uma questão única: onde situar a perda. Conforme seja localizada no objeto externo, no eu, no mundo interno, no registro simbólico ou na rede de apoio, decorrem concepções distintas de elaboração e de intervenção.

2 Método

Trata-se de revisão narrativa de literatura, de natureza teórico-conceitual, sem dados primários. O corpus reúne os textos em que cada autor formula sistematicamente sua concepção da perda: em Freud, *Reflexões para os tempos de guerra e morte* (1915), *Sobre a transitoriedade* (1916) e *Luto e melancolia* (1917); em Klein, os artigos de 1935 e 1940; em Horney, *A personalidade neurótica de nosso tempo* (1937); em Lacan, os *Escritos* e o seminário sobre o desejo; em Jung, a obra autobiográfica e os textos sobre arquétipos; em Kübler-Ross, *Sobre a morte e o morrer* (1969).

O critério de inclusão foi duplo: texto de autoria do próprio teórico, em edição reconhecida, e formulação explí-

cita sobre perda, morte ou elaboração. Excluíram-se comentários de terceiros, materiais de divulgação e obras em que a referência ao luto fosse incidental, bem como obras cujos dados de edição não puderam ser confirmados, ainda que correntemente atribuídas aos autores.

O procedimento comportou três etapas: reconstituição da formulação de cada autor em seus próprios termos; identificação da localização atribuída à perda e do critério de elaboração dela decorrente; e confronto em cinco dimensões comparativas, sintetizadas adiante. A comparação é conceitual e não arbitra sobre a correção empírica das teses.

3 A matriz freudiana

3.1 Perda, libido e teste de realidade

A primeira aproximação de Freud ao tema não parte da clínica, mas da guerra. Em 1915, examinando o abalo que o conflito europeu produzia sobre a relação habitual com a morte, observa que a atitude civilizada consistia em eliminá-la do cálculo da vida, e que essa eliminação se sustentava sobre a ambivalência: a morte do inimigo é representável, a do ente querido não — e da impossibilidade de admitir a segunda teriam nascido as construções de sobrevivência após a morte. Fica estabelecido, antes de qualquer metapsicologia do luto, que a relação com a perda é desde o início conflitiva, atravessada por moções hostis que a ternura recobre.

Em *Sobre a transitoriedade*, o argumento desloca-se do objeto para o valor: a limitação no tempo aumenta o apreço, e o que impede reconhecê-lo é a revolta contra o enlутamento. Antecipa-se aí a tese central — renunciar a um objeto investido é condição para investir outro.

É em *Luto e melancolia* que a formulação se completa. Freud define o luto como reação à perda de uma pessoa amada ou de uma abstração que lhe ocupe o lugar — a pátria, a liberdade, um ideal — e descreve seus traços: abatimento profundo, suspensão do interesse pelo mundo externo, perda da capacidade de eleger novo objeto de amor, inibição de toda atividade alheia à memória do perdido. A operação exigida consiste em retirar a libido de cada lembrança e expectativa ligadas ao objeto. O desligamento não se faz de uma vez: cada traço mnêmico é hipercatexizado, confrontado com o veredicto da realidade de que o objeto já não existe, e só então abandonado. Daí o caráter lento e penoso do processo e sua natureza de trabalho, não de estado.

Dois pontos merecem destaque. O luto não é patologia: é reação normal, que se resolve por si e cuja interrupção por intervenção médica seria inoportuna. E seu desfecho tem função narcísica — o eu, posto entre permanecer ligado ao que não existe e preservar-se, é levado pelas vantagens do estar vivo a romper o vínculo. A renúncia ao objeto é o preço da continuidade do sujeito. Decorre disso que a intensidade do luto é função do valor do objeto para o eu, o que explica a singularidade das reações a uma mesma perda.

3.2 A divisória entre luto e melancolia

A melancolia compartilha com o luto o abatimento, a perda de interesse e a inibição, mas acrescenta a diminuição do sentimento de si, expressa em autorrecriminações que podem chegar à expectativa delirante de punição. A diferença se localiza em dois pontos. No luto, o sujeito sabe o que perdeu; na melancolia, sabe eventualmente quem perdeu, mas não o que nele se perdeu — a perda é subtraída à consciência. E, enquanto no luto o mundo se torna pobre e vazio, na melancolia é o próprio eu que se empobrece.

O mecanismo que explica a diferença é a identificação. Em vez de deslocar-se para outro objeto, a libido retirada é recolhida ao eu, que se identifica com o objeto abandonado: a sombra do objeto recai sobre o eu, e as recriminações que lhe seriam endereçadas passam a dirigir-se a si mesmo. A ambivalência, que no luto se resolve ao longo do trabalho, aqui se fixa, e o conflito entre o eu e a instância crítica substitui o conflito com a realidade. Essa reversão responde pelo risco suicida característico do quadro, ausente da fenomenologia do luto normal.

3.3 O eu e suas defesas no curso do luto

O eu, mediador entre as exigências pulsionais e as prescrições do supereu (Freud, 1923), dispõe de recursos defensivos que o confronto com a perda mobiliza de modo característico. A negação recusa a nova realidade; o isolamento separa a representação do afeto correspondente; o deslocamento transfere o investimento para alvo menos doloroso; a supressão bloqueia conteúdos penosos; a intelectualização enuncia a situação sem suportar suas consequências afetivas.

Essas operações não são patológicas em si: tornam suportável um afeto que o eu não absorveria de uma só vez. Tornam-se problemáticas quando se cronificam, substituindo o trabalho de elaboração em vez de escaloná-lo. O luto não vivido retorna sob a forma de sonhos, sintomas

ou condutas cuja ligação com a perda o sujeito não reconhece.

4 Quatro deslocamentos pós-freudianos

4.1 Jung: a perda como operador de individuação

Jung desloca o eixo da economia libidinal para a transformação do si-mesmo. O luto não é apenas resposta afetiva a uma subtração, mas ocasião de reorganização da personalidade total. A morte deixa de ser termo e passa a ser transição; a dor que produz não diz respeito ao morto, mas aos que permanecem e têm de suportar a angústia e a incerteza que a finitude impõe.

A posição se sustenta na arquitetura da psique proposta pela psicologia analítica, que distingue o consciente, o inconsciente pessoal — depositário de traços biográficos — e o inconsciente coletivo, estrutura herdada em que residem os arquétipos (Jung, 2000). A perda ativa conteúdos arquetípicos capazes de oferecer orientação e amparo, de modo que o luto abre acesso a camadas da psique que a vida corrente mantém indisponíveis. A individuação encontra na perda um de seus momentos decisivos.

Decorre daí uma prescrição explícita: confrontar a dor em vez de evitá-la. Jung estende a crítica à cultura, organizada para não falar da morte, e atribui a essa recusa parte da dificuldade individual de atravessar o luto. O deslocamento tem custo teórico: ao converter a perda em oportunidade de crescimento, arrisca-se a atenuar o que na experiência é irredutível a sentido.

4.2 Horney: ansiedade básica e modulação cultural

Horney introduz no problema uma variável que a metapsicologia freudiana tratava como secundária. Crítica da primazia atribuída aos fatores biológicos e sexuais, sustenta que normas, expectativas e arranjos culturais moldam de modo decisivo a forma como a dor é vivida e expressa. A experiência infantil permanece determinante na formação da personalidade, mas opera em um meio social que a condiciona.

O conceito central é o de ansiedade básica: o sentimento de desamparo e isolamento em um mundo percebido como hostil, do qual derivam estratégias defensivas organizadas como necessidades neuróticas (Horney, 1964). Aplicadas à perda, descrevem desfechos que a clínica reconhece: a necessidade de afeto e aprovação converte o sofrimento em demanda permanente de cuidado; a de parceria produz a busca apressada de alguém que ocupe o lugar vago, impedindo o desligamento; a de restrição resulta

em contenção rígida das emoções, com empobrecimento afetivo duradouro.

A exigência de perfeição e a dependência de validação externa agravam o processo, por tornarem inadmissível a fragilidade que a perda convoca. Em contrapartida, as práticas culturais de luto e a rede de apoio ganham função positiva: fornecem o quadro em que a experiência pode ser nomeada e partilhada. É o deslocamento mais nitidamente externalista do conjunto examinado.

4.3 Klein: objetos internos e reativação da posição depressiva

Klein situa a perda no mundo interno. Toda perda atual reativa experiências precoces de separação e frustração, e o que está em jogo no luto do adulto não é apenas o objeto externo desaparecido, mas a estabilidade dos objetos internos bons constituídos na primeira infância (Klein, 1935). O enlutado teme, inconscientemente, ter perdido junto com a pessoa amada aquilo que nela se apoiava dentro de si — disponibilidade interna de que depende, desde cedo, a capacidade de suportar a ausência (Winnicott, 1975).

A contribuição mais específica diz respeito ao lugar do ódio. Entre os sentimentos mais penosos do luto estão os hostis dirigidos ao morto, e a morte de uma pessoa querida pode ser vivida como realização de desejos de morte infantis endereçados a pais e irmãos — dos quais a pessoa perdida é, em alguma medida, representante (Klein, 1940). Daí a sensação de triunfo, componente da posição maníaca, e a culpa que dela decorre e agrava o quadro. Estados maníacos e depressivos aparecem como faces de um mesmo complexo fantasmático.

A elaboração consiste em integrar os aspectos amados e odiados do objeto, restaurando internamente um objeto total em lugar de fragmentos idealizados e persecutórios — reedição adulta do trabalho próprio à posição depressiva (Klein, 1991). A consequência clínica é direta: a escuta deve alcançar as fantasias inconscientes do enlutado, inclusive as hostis, cuja interdição é com frequência o que impede o processo de avançar.

4.4 Lacan: o furo no simbólico e a função do rito

Lacan reformula o problema nos termos de sua teoria dos registros. A perda não é apenas subtração de um objeto da realidade: é abertura de um furo no tecido simbólico que sustentava a posição do sujeito. Perde-se, para além da presença física, a rede de significações que ela ancorava

— e com ela parte da definição do sujeito, cujo desejo se constitui em relação ao Outro (Lacan, 1998).

Decorrem daí duas consequências. A morte não é plenamente simbolizável, e nessa condição confronta o sujeito com a impossibilidade de totalizar a experiência pela via do saber. E o trabalho exigido não se reduz a desligar a libido: supõe reorganizar o desejo e reinscrever o sujeito em um campo simbólico alterado (Lacan, 2016). A distinção entre luto e melancolia é mantida, situando-se nesta o não reconhecimento da perda e a identificação que precipita a queda do sentimento de si.

A ênfase sobre os ritos fúnebres é o traço mais característico dessa leitura. Os ritos não são formalidade acessória: marcam simbolicamente a passagem entre presença e ausência e fornecem os significantes com que fazer o trabalho. Onde o rito falha ou é suprimido — nas mortes sem corpo, nas perdas socialmente não reconhecidas —, o luto encontra obstáculo que não é afetivo, mas estrutural.

5 Kübler-Ross: a sequência de reações e seus limites

O modelo proposto por Kübler-Ross (2008) pertence a outra ordem de descrição: construído a partir de entrevistas com pacientes terminais, não deriva de uma metapsicologia, mas da sistematização de reações observadas. Suas cinco fases — negação, raiva, negociação, depressão e aceitação — descrevem o confronto com a finitude, percurso depois estendido aos enlutados.

A negação é o choque inicial e a recusa da nova realidade; a raiva, a busca de um responsável diante da irreversibilidade; a negociação, a tentativa de suspender por promessas o que já está dado; a depressão, em geral a mais prolongada, traz retraimento e apatia; a aceitação não é resignação alegre, mas possibilidade de prosseguir, com a dor convertida em saudade.

Duas ressalvas se impõem. A sequência não é linear nem obrigatória: as fases se alternam, se superpõem e podem não se apresentar. E o modelo descreve sem explicar — não oferece mecanismo psíquico, e por isso não concorre com as formulações anteriores, mas as complementa em registro fenomenológico, próximo ao da pesquisa sobre perda e vínculo (Bowlby, 1985). Seu valor clínico está em legitimar como esperadas reações que o enlutado e seu entorno tendem a tomar por falha moral ou sinal de adoecimento.

DIMENSÃO	MATRIZ FREUDO-KLEINIANA	VERTENTE SIMBÓLICO-CULTURAL	DESCRIÇÃO FENOMENOLÓGICA
Onde se situa a perda	No objeto investido e nos objetos internos a ele ligados	No registro simbólico e na rede cultural de significações	Na realidade concreta reconhecida pelo sujeito
Operação central	Desligamento libidinal e integração do objeto ambivalente	Reinscrição do desejo; individuação; marcação ritual	Sucessão de reações afetivas até a aceitação
Risco patológico	Melancolia por identificação; triunfo místico e culpa	Falha do rito; negação cultural da morte	Fixação prolongada na fase depressiva
Papel do outro	Secundário: o trabalho é intrapsíquico	Central: o Outro e a cultura sustentam a elaboração	Relevante como suporte e acolhimento
Critério de desfecho	Eu liberado, apto a investir novo objeto	Sujeito reinscrito em campo simbólico alterado	Retomada da vida com a perda reconhecida

Tabela 1 — Síntese comparativa das concepções de luto examinadas. A vertente simbólico-cultural reúne Jung, Horney e Lacan, que divergem entre si, mas atribuem ao campo externo função constitutiva.

6 Convergências e divergências

O confronto autoriza três observações. A primeira é que a existência de um trabalho psíquico exigido pela perda não é objeto de disputa: todos os referenciais supõem que ela não se resolve por simples decurso do tempo. A divergência começa na descrição dessa operação, e incide em primeiro lugar sobre o destino do objeto. Para Freud, o critério de conclusão é o desligamento: o eu se libera e torna-se apto a novo investimento. Para Klein, é a integração — o objeto é restaurado internamente em sua totalidade, não abandonado. Para Lacan, é a reinscrição simbólica, que não restitui o objeto nem o apaga, mas situa sua falta. Para Jung, é a transformação do si-mesmo. Não se trata do mesmo processo em vocabulários distintos: estão em causa concepções diferentes do que significa terminar um luto e, por consequência, do que o analista escuta como indício de avanço.

A segunda observação concerne ao estatuto do social. A matriz freudiana trata a cultura como pano de fundo que condiciona a expressão do luto sem alterar sua economia. Horney e Lacan, por caminhos opostos, atribuem-lhe função constitutiva: é no campo do outro que o luto encontra os recursos de que depende — posição de que Jung se aproxima ao responsabilizar a negação cultural da morte pela dificuldade de atravessá-la.

Resta um ponto de convergência: nenhum dos autores trata o sofrimento do enlutado como sintoma a ser suprimido. A dor é, em todos, componente necessário de uma operação que não se realiza sem ela — proposição que a clínica, confrontada com a pressão social pela recomposição, precisa sustentar contra o entorno do paciente.

7 Considerações finais

O percurso permite recolocar a tese inicial em termos precisos. O luto não é privativo da morte: é a forma geral da resposta psíquica à subtração de um objeto investido, e comparece em transições que a linguagem corrente não nomeia como perdas — o envelhecimento que suprime funções, a saída da adolescência, a ruptura conjugal, o fim de um ciclo profissional. Reconhecê-las como lutos não é extensão metafórica do conceito, mas aplicação de sua definição.

Daí a principal implicação clínica. Lutos não reconhecidos como tais são vividos sem os recursos que a cultura oferece aos reconhecidos — o tempo concedido, o rito, a licença para sofrer. Privado deles, o sujeito julga o próprio sofrimento desproporcional ou injustificado, o que acrescenta culpa ao quadro e dificulta a elaboração. Nomear a perda é, nesses casos, a primeira operação do tratamento.

A segunda implicação é o diagnóstico diferencial. A distinção entre luto e melancolia, mantida com variações por Lacan e enriquecida por Klein com a dimensão do ódio e da culpa, oferece critério que não é cronológico: a pergunta não é há quanto tempo o sofrimento dura, mas se há objeto reconhecido e se a crítica se dirige ao objeto ou ao eu. Um luto longo não é necessariamente patológico; um quadro breve com autodepreciação marcada pode sê-lo.

A terceira é de ordem formativa. Os referenciais examinados não são intercambiáveis, e a prática que os mistura sem explicitar suas diferenças perde o que cada um aporta: convém ao clínico saber se escuta um desligamento libidinal, uma restauração de objetos internos, uma reins-

crição simbólica ou uma reorganização do si-mesmo. Permanece como agenda o estudo das perdas socialmente não reconhecidas, terreno em que a ampliação conceitual aqui sustentada pode produzir efeitos ainda não descritos.

Declarações

Conflito de interesses. A autora declara não haver conflito de interesses.

Financiamento. A pesquisa não recebeu financiamento específico de agências públicas, comerciais ou sem fins lucrativos.

Uso de inteligência artificial. Não foi utilizada inteligência artificial generativa na concepção, na redação ou na análise do conteúdo deste artigo.

Disponibilidade de dados. Não se aplica: trata-se de revisão de literatura, sem produção de dados primários.

Nota editorial. Este artigo integra o acervo reorganizado dos volumes 1 a 3 da Interapia. O texto foi editorialmente adequado às normas vigentes da revista quanto a estrutura, registro e normalização de referências, sem alteração de tese, argumento ou atribuição de autoria.

Referências

- BOWLBY, J. *Perda: tristeza e depressão. Apego e perda*, v. 3. São Paulo: Martins Fontes, 1985.
- FREUD, S. Reflexões para os tempos de guerra e morte (1915). In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 14. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 285-312.
- FREUD, S. Sobre a transitoriedade (1916 [1915]). In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 14. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 315-319.
- FREUD, S. Luto e melancolia (1917 [1915]). In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 14. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 243-263.
- FREUD, S. *O ego e o id* (1923). Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, v. 19. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 13-80.
- FREUD, S. *Inibições, sintomas e ansiedade* (1926 [1925]). Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, v. 20. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 81-171.
- HORNEY, K. *A personalidade neurótica de nosso tempo* (1937). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.
- JUNG, C. G. *Memórias, sonhos, reflexões* (1961). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.
- JUNG, C. G. *Os arquétipos e o inconsciente coletivo*. Obras completas, v. 9/1. Petrópolis: Vozes, 2000.
- KLEIN, M. A contribution to the psychogenesis of manic-depressive states. *International Journal of Psycho-Analysis*, v. 16, p. 145-174, 1935.
- KLEIN, M. Mourning and its relation to manic-depressive states. *International Journal of Psycho-Analysis*, v. 21, p. 125-153, 1940.
- KLEIN, M. *Inveja e gratidão e outros trabalhos* (1946-1963). Obras completas de Melanie Klein, v. 3. Rio de Janeiro: Imago, 1991.
- KÜBLER-ROSS, E. *Sobre a morte e o morrer* (1969). 9. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- LACAN, J. *Escritos* (1966). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- LACAN, J. *O seminário, livro 6: o desejo e sua interpretação* (1958-1959). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2016.
- LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J.-B. *Vocabulário da psicanálise*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- WINNICOTT, D. W. *O brincar e a realidade* (1971). Rio de Janeiro: Imago, 1975.

COMO CITAR

MARTINS, M. C. M. O luto na psicanálise: perda, elaboração e simbolização em Freud, Jung, Horney, Klein, Lacan e Kübler-Ross. *Interapia — Revista de Clínica, Cultura e Ciências Mentais*, v. 1, n. 1, p. 47-53, 2023.

LICENÇA

Publicado em acesso aberto sob licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional. O autor mantém os direitos sobre a obra e concede à revista o direito de primeira publicação.